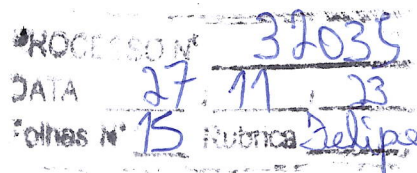




**Processo Administrativo nº: 032035/2023**

**Requerente: TV SBT**

**Assunto: Impugnação**



Diante da celeridade solicitada pelo pregoeiro às fls. 11/12, passo a análise do ponto arguido pela impugnante, qual seja a violação a competitividade com a inserção da cláusula 22.2 do edital impugnado.

As exigências editalícias devem estar munidas de razoabilidade e proporcionalidade e, aqueles que imponham certa delimitação quanto ao objeto, devem pautar-se na realidade administrativa e no interesse público do Ente Político, para fins de sua inserção sem a restrição indevida ao caráter competitivo das licitações públicas.

Da análise dos autos, nota-se que a inserção do alcance mínimo de *share* de 40% (quarenta por cento) volta-se exclusivamente no interesse da administração de focar o alcance do objeto licitatório em determinado local específico, conforme se observa da exposição de motivos de fls. 13/14.

A participação de licitantes que não alcançam o limite mínimo exigido pela cláusula impugnada levaria a participação de empresas que não alcancem um mínimo de indivíduos que se pleiteia na divulgação de vídeos institucionais do Município de Nova Friburgo, ou seja, os vídeos institucionais da Municipalidade estariam inseridos em outros centros urbanos de maneira insatisfatória, sem o alcance que pretende a Administração Pública Municipal.

De maneira mais direta, a retirada da cláusula redundaria em um gasto público que não alcançaria o seu desiderato original, uma vez que os serviços seriam prestados em uma praça com pouco alcance, deixando-se a relevo o interesse público nesta contratação, tendo em vista que se pagaria por um serviço que não se revelaria satisfatório, em violação às regras basilares da Administração Pública.

Com efeito, a depender do caso concreto, a restrição de alcance não é necessariamente proibitiva, desde que seja para preservar o interesse público e esteja pautada em critérios objetivos, as quais entendo presentes no caso concreto posto em análise.



Por esta razão, não vislumbro óbice à manutenção da cláusula editalícia impugnada.

Pela remessa dos autos à **Comissão de Pregão II** para continuidade, com a celeridade que a medida requer.

Nova Friburgo, 27 de novembro de 2023.

PROCESSO Nº 32035  
DATA 27.11.23  
Folhas Nº 16 Intima Delipe

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga  
Subprocurador de Processos Administrativos  
Matrícula: 63.347

